



CONCURSO PÚBLICO

"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS"

CADERNO DE ENCARGOS

Documento composto por 32 Páginas, numeradas de 1 a 32.

Câmara Municipal de Boticas, 03 de Julho de 2018

O Vice - Presidente da Câmara

(António Guilherme Pires)

Parte I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro, conforme se descreve pormenorizadamente na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, com a seguinte composição:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes de Trabalho – Sapadores Florestais
- Seguro Frota Automóvel;
- Seguro de Responsabilidade Civil - Parques Infantis;
- Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias
- Seguro Multirriscos Patrimoniais;
- Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros.

2 - Para efeito de limitação do preço contratual, é fixado o preço base em Euros **43.950,00 €**.

Cláusula 2.ª | Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | **Duração do contrato**

O contrato vigorará pelo prazo de **1 ano**, a contar da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Durante o período de vigência do contrato, o adjudicatário, não pode efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições acordadas com o Município de Boticas, **com a seguinte exceção:**

- Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento prévio do Município de Boticas.
- Os casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município de Boticas com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

Cláusula 4.ª | **Data de efeito da transferência de risco e celebração de contratos**

Após a data de celebração do contrato, o adjudicatário emitirá de imediato as apólices dos ramos de seguro objeto do contrato, assumindo desde logo o risco, mediante o pagamento do prémio.

O Município comunicará à seguradora, detentora dos seguros atuais a anulação imediata das apólices em vigor, solicitando o estorno por inteiro.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 5.ª | **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Assegurar a emissão das apólices de seguros conforme Plano de Seguros constante na parte II do presente caderno de encargos;
- b) Designar um gestor do contrato, por forma a garantir uma interligação eficaz com o Município da Boticas, bem como de comunicar quaisquer alterações relativamente à sua designação;
- c) No caso das apólices de acidentes de trabalho e acidentes de viação, deverão ser disponibilizadas Linhas de apoio, disponíveis 24h/dia, 7 dias/semana.
- d) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições

particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o prévio consentimento da entidade adjudicante;

e) Dar resposta a qualquer solicitação da entidade adjudicante, no prazo máximo de 24 horas;

f) Comunicar à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;

g) O adjudicatário deverá garantir a correta cessação dos contratos das apólices a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do plano de seguros abrangidos pelo contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento;

h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

j) Ministrar formação aos trabalhadores do Município de Boticas no âmbito dos seguros, num total de 35 horas;

k) Fornecer caixas de primeiros socorros para todos os espaços municipais abertos ao público;

2. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea c) do número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produz efeitos na data do vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à entidade adjudicante, com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

O preço base do procedimento não inclui formação dos trabalhadores do Município. Pretende-se uma formação por parte da seguradora no âmbito dos "Acidentes de trabalho", concretamente a prevenção do risco, da sinistralidade, mas que não incorra em custos para o Município.

Cláusula 6.ª | Requisitos da prestação do serviço

1. As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da atividade

desenvolvida pela entidade, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.

2. O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato.

3. O tomador do seguro deve ser avisado, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste.

4. Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.

5. Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pela entidade adjudicante.

6. Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica privilegiada para a entidade adjudicante, para apoio permanente (24 horas por dias/7 dias por semana) à ocorrência de sinistros.

7. A linha telefónica referida no ponto anterior servirá igualmente para marcação de peritagem, no prazo de 24 horas.

8. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

9. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

10. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Subsecção II | Informação e sigilo

Cláusula 7.^a | Informação e sigilo

O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

O contraente público e o co-contratante terão de ter sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | Obrigações do Município de Boticas

Cláusula 8.ª | Preço contratual

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço total anual que constar da sua proposta, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.
2. O preço total anual previsto no número anterior é pago, pela entidade adjudicante, de acordo com o fracionamento previsto na Parte II do Caderno de Encargos - Programa de Seguros.
3. Os Avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada principal de cada entidade adjudicante.
4. **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado** no nº 2 da cláusula 1ª do presente Caderno de Encargos, isento de IVA, bem como isento de imposto de selo.
5. Tendo em consideração a impossibilidade de determinação em concreto do “valor médio das atualizações espectáveis dos seguros de acidentes de trabalho, responsabilidade civil Autarquias, frota automóvel, Multirriscos Património e das diversas apólices de Acidentes Pessoais”, será excecionalmente admissível que, os pagamentos a efetuar, no decurso da execução do contrato, possam ultrapassar o valor médio previsto para estas atualizações (constante da lista de preços unitários apresentada pelo Adjudicatário).
6. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 9.ª | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Boticas, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas prazo de 30 dias após a receção nos serviços do Município dos respetivos avisos de pagamento/faturas.
2. As condições de pagamento do encargo resultante da aquisição das apólices objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Programa de Seguros.
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Boticas – Secção de Contabilidade, Praça do Município, 5430-304 Boticas, com a indicação do respetivo número de compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Boticas, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

Capítulo III - Resolução

Cláusula 9.ª | Penalidades contratuais

- 1- Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a entidade adjudicante a:
- a) Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.
- 2- As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista na alínea b) do número anterior serão descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 10.ª | Força maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior:

as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

a) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

b) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;

c) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;

d) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;

e) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá

ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª | Gestor do contrato

1 - Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi designado como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato o Dr.º Paulo Jorge, Técnico Superior.

2 - Em casos específicos definidos no artigo supra referido, nomeadamente, contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que lhe sejam definidas pelo contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao presente contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a sua execução financeira, técnica e material do contrato.

3 - Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

Cláusula 12.ª | Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Boticas poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste Caderno de Encargos;
- b) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Boticas.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer Ação que venha a ser interposta por parte do Município de Boticas com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV - Caução

Cláusula 13.ª | Caução

Não haverá lugar à prestação de caução. No entanto e atendendo ao nº3, do art.º 88.º do CCP pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 14.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 15.^a | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a | **Responsabilidade**

1 - O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Boticas, seus trabalhadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no presente caderno de encargos e seus anexos.

2 - Se o Município de Boticas tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo ao Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3 - O Município de Boticas não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 17.^a | **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª | Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e demais legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª | Composição do Plano de Seguros

O Plano de seguros é composto pelos seguintes seguros:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes de Trabalho – Sapadores Florestais
- Seguro Frota Automóvel;
- Seguro de Responsabilidade Civil - Parques Infantis;
- Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias
- Seguro Multirriscos Patrimoniais;
- Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros.

Cláusula 2.ª | Características e Especificidades do Plano de Seguros

O Plano de Seguros objeto do contrato a celebrar é composto por diversos seguros os quais se encontram enumerados e caracterizados nesta cláusula.

Para cada ramo de seguro são indicados os parâmetros dos riscos a segurar, capitais, coberturas, franquias e legislação sempre que relevante.

SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

1. TOMADOR DO SEGURO

Município de Boticas

2. OBJETO DO SEGURO

1. O seguro de acidentes de trabalho compreende a transferência para a seguradora da totalidade da responsabilidade que a legislação atualmente em vigor atribui ao Município relativamente aos trabalhadores que exercem funções públicas em caso de acidente de trabalho.
2. Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores ao serviço do município, contratados por tempo indeterminado ou a termo, inscritos quer no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC – Caixa Geral de Aposentações (CGA)), quer no

Regime Geral de Segurança Social (RGSS).

3. Para efeitos deste seguro, o local de trabalho é todo o lugar onde o trabalhador se encontre ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro.
4. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que proceda o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que lhe seguir, em atos também com ele relacionados, bem como as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda os percursos de e para o local de trabalho.
5. Derrogando o que de contrário se encontra exarado nas condições gerais, prevalecem as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99, na redação atual.
6. O seguro de acidentes de trabalho deverá ainda contemplar as seguintes condições:
 - a) Deslocações ao estrangeiro:
 - Ficam cobertos, automaticamente, os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até trinta (30) dias, sem qualquer agravamento tarifário;
 - Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;
 - b) Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da seguradora;
 - c) A entidade adjudicatária assumirá a reparação dos acidentes de trabalho, nomeadamente as lesões corporais, perturbação funcional ou doença que seja consequência de um acidente de trabalho;
 - d) De acordo com o nº 6 do art.º 45 do Decreto-Lei nº 503/99, a apólice deve garantir todas as prestações e despesas previstas no referido diploma, sendo nulas as cláusulas adicionais que impliquem redução de quaisquer direitos ou garantias;
 - e) Todas as indemnizações processadas ao abrigo das garantias de incapacidade temporária (IT's) são pagas de acordo com o disposto nos art.º 15 e 19 do Decreto-Lei nº 503/99;
 - f) O pagamento das indemnizações visa repor o valor total referente às despesas salariais de acordo com o indicado na "folha de férias" que o Município paga ao trabalhador sinistrado, ainda que este se encontre temporariamente incapacitado para o trabalho na sequência de Acidente de Trabalho (valor correspondente ao salário ílíquido, incluindo suplementos remuneratórios permanentes, como subsídios de refeição, férias, natal e turno, abono para falhas e despesas de representação, e outros que sejam devidos);
 - g) As indemnizações são pagas diretamente ao Município, uma vez que esta

- entidade assegura o pagamento do salário e subsídios por inteiro;
- h) Fazem parte das despesas salariais referentes aos trabalhadores, os descontos para o regime de Segurança Social respetivo e a retenção para IRS;
- i) O adjudicatário assumirá eventuais reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.), no âmbito do art.º 43 do citado Decreto-Lei nº 503/99, correspondentes a responsabilidades com eventuais pensões ou subsídios pagos pela C.G.A ao abrigo do disposto nos art.ºs 34 a 37 do citado diploma;
- j) O direito à reparação em espécie compreende, nomeadamente:
- Prestações de natureza médica, cirúrgica, hospitalar, medicamentosa, de enfermagem e quaisquer outras necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa;
 - Caso o sinistrado opte por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço nacional de saúde, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos das despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente;
 - Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas.
- k) Fornecer ao município caixas de primeiros socorros com o rácio de uma caixa por cada vinte (15) trabalhadores pelo período do contrato.
- l) A indicação de clínicas/consultórios, sediadas em Boticas e concelhos limítrofes, para assistência aos sinistrados de acidentes de trabalho.
- m) A indicação de farmácias sediadas em Boticas e concelhos limítrofes, onde os sinistrados de acidentes de trabalho, levarem os medicamentos referentes às prescrições médicas, em consequência de acidentes, sem despesas cobradas diretamente pelas farmácias, aos sinistrados.

Sinistralidade do Município no triénio 2015/2017: **28.107,38€ + reserva de 60.000,00€**

Nº sinistros e massas salariais relativos aos 3 últimos anos: **13**

2015 - 1.593.200,00€

2016 - 1.497.213,58€

2017 - 1.746.500,04€

3. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

O montante do capital seguro é 1.296.000,00 € €, composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

Funcionários: 123

Massa salarial: 1.296.000,00 €

4. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será mensal, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO – SAPADORES FLORESTAIS

TOMADOR DO SEGURO

Município de Boticas

Pessoas Seguras: 5

Nome	data nascimento
ANTÓNIO PEREIRA GONÇALVES	01-04-1977
CÍLIO AMANDIO ALVES MARTINS	13-07-1968
HELDER JOSÉ CARNEIRO MONTEIRO	02-01-1980
LUÍS CARLOS PINTO SILVA	10-03-1995
PEDRO MIGUEL DIAS LEANO	08-03-1995

CAE: 84250 - Atividades de Proteção Civil

Modalidade: Prémio Fixo

Volume de Salários: 36.371,70€/Ano

Âmbito Garantia: Lei 98/2009 de 04 Setembro

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será mensal, sem cargas de fracionamento.

SEGURO FROTA AUTOMÓVEL**1. TOMADOR DO SEGURO**

- **Município de Boticas**

MODALIDADE: Seguro Frota

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1. O seguro do ramo automóvel abrange em caso de sinistro os danos materiais e corporais provocados a terceiros, bem como os danos materiais próprios, de acordo com as coberturas contratadas, com viaturas e outras máquinas e equipamentos motorizados do Município, adiante designados por viaturas.
2. Pretende-se uma apólice de frota que inclua a totalidade das viaturas.
3. Independentemente das condições de pagamento as cartas verdes são emitidas por semestre.

4. Pretende-se também que fiquem garantidos os sinistros ocorridos entre viaturas do segurado, não podendo a franquia ser superior a 2% do valor venal da viatura sinistrada.
5. Fica incluída a responsabilidade civil do proprietário da viatura, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime de locação financeira.
6. Deverá ficar incluída a responsabilidade pelos danos causados pelas viaturas em bens do Município, cuja franquia máxima não deve ser superior a 10% do valor a indemnizar.
7. Ficam salvaguardados em termos de acidentes pessoais todos os ocupantes em consequência de acidente de viação com veículo seguro, ficando garantidas as indemnizações previstas com as coberturas e capitais expressamente mencionados no quadro abaixo.
8. À data de emissão da apólice, os valores atribuídos ao capital de danos próprios, do seguro facultativo do ramo automóvel, serão ajustados de acordo com a legislação vigente.
9. As viaturas a segurar e as coberturas pretendidas são as que constam no quadro seguinte.

3. COBERTURAS / Capitais por Veículo

MATRICULA	MARCA	CATEGORIA	DATA MATRICULA	PESO BRUTO	CILINDRADA	Nº DE LUGARES	RC	QTV	AV	DP	COBERTURAS DP
47-57-VI	Toyota	Misto Part 3001/3500	05-08-2003	2800	2494	9	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
70-ES-58	Toyota	Misto Part 3001/3500	23-11-2007	3500	2982	6	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
46-39-QU	Mazda	Misto Part até 1600	27-12-2000	2650	2500	2	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
96-FC-82*	Mitsubishi	Misto Part 3001/3500	01-01-2007	3200	2477	5	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	10.500,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
53-OT-79	Toyota	Misto Part 3001/3500	13-06-2014	2494	2640	2	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim	13.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
53-32-UG	New Holland	Tractor Agrícola	30-10-2002	reboc.20.000	3908	1	1.220.000,00 €				
62-17-EX	Mitsubishi	Misto Part 3001/3500	02-03-1995	3500	3298	3	50.000.000,00 €	500,00 €	sim		
54-RH-36	Renault	Misto Part 2001/2500	10-05-2016	2126	44kw	2	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	17.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
42-71-ZN	Mercedes	Misto Part 3001/3500	11-02-2005	3500	2148	3	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
54-RH-38	Renault	Misto Part 2001/2500	10-05-2016	1965	65kw	5	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	16.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
03-NJ-49	Retro	Guindaste Auto	01-04-2008	8435	4400	1	1.220.000,00 €				
84-95-UT	Opel	Misto Part 3001/3500	28-03-2003	3300	2188	2	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
24-PE-51	Renault	Ligeiro Particular	20-10-2014	1850	1598	5	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	15.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
71-50-NG	Mitsubishi	Ligeiro Particular	29-04-1999	2510	2477	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
55-IF-44	Mercedes	Misto Part 3001/3500	30-09-2009	3500	2148	2	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	28.000,00 €	CCC, IRE, FR
53-OT-80	Toyota	Misto Part 3001/3500	13-06-2014	2494	2640	2	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	13.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
94-PJ-32	Iveco	Autocarro Particular	06-01-2015	7200	2998	32	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	78.000,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
60-37-DP	Mitsubishi	Misto Part 3001/3500	02-05-1994	2510	2477	9	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
62-CG-56	Hyundai	Misto Part 3001/3500	18-10-2006	2800	2476	9	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
32-20-JV	Renault	Ligeiro Particular	30-03-1998	1600	1149	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
62-CG-57	Hyundai	Misto Part 3001/3500	18-10-2006	2800	2476	9	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
10-HH-32	DAF	Pesado Carga +20000 Kgs	17-02-2009	26000	9186	2	50.000.000,00 €	2.500,00 €	Sim		
03-66-AE	Mitsubishi	Misto Part 3001/3500	31-12-1992	2510	2477	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
23-49-XD	Toyota	Misto Part 3001/3500	08-03-2004	2800	2494	9	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
12125	Dresser	Guindaste Auto	31-12-1992	12818		1	1.220.000,00 €				

MUNICÍPIO DE BOTICAS

46-RQ-94	Renault	Misto Part 2001/2500	20-07-2016	2124	44kw	2	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	17.500,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
14-EQ-59	Renault	Ligeiro Particular	07-11-2007	1665	1461	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
34-CA-48	Renault	Misto Part 3001/3500	04-08-2006	2700	1870	2	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
38-85-AA	Toyota	Misto Part 3001/3500	31-12-1992	2515	2446	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
52-00-SZ	Landini	Tractor Agrícola	24-01-2002		3990	1	1.220.000,00 €				
AV-29490	Herculano	Reboque Agrícola	08-08-2000	5000			1.220.000,00 €				
01-04-RO	Opel	Misto Part até 1600	31-05-2001	1505	1686	2	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
18-97-ZV	Nissan	Misto Part 3001/3500	29-04-2005	3500	2485	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
40-34-GV	Mitsubishi	Misto Part 3001/3500	19-06-1996	3500	3298	7	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
53-OT-90	Toyota	Misto Part 3001/3500	13-06-2014	2640	2494	2	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	16.500,00 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
23-74-GV	Mitsubishi	Ligeiro Particular	31-12-1996	2510	2477	5	50.000.000,00 €	500,00 €	Sim		
38-TT-05	Mccormick	Tractor Agrícola	02-11-2017	7500	4485	1	1.220.000,00 €				
09-UE-23	Mercedes	Ligeiro Particular	30-01-2018	2320	1950	5	50.000.000,00 €	Incluido	VIP	54.130,53 €	CCC,IRE,FR,FN,RS
30-UN-77	Jeep	Ligeiro Particular	29-03-2018	2800	2776	5	50.000.000,00 €	Incluido	Sim	46.020,26 €	CCC,IRE,FR,FN,RS

SERVIÇO REBOQUE PARA AS SEGUINTE MATRÍCULAS:

18-97-ZV
70-ES-58
38-55-AA
62-17-EX
40-34-GV
96-FC-82
53-OT-79
53-OT-80
53-OT-90
53-32-UG
52-00-SZ
38-TT-05

Nota: A viatura Matrícula **09-EU-23** terá cobertura de assistência em viagem de 350 km.

*3.000,00 € é referente a equipamento móvel (Motorrossadoras, Motosserras)

Após celebração do contrato deverão ser indicadas as oficinas convencionadas pelo adjudicatário no concelho de Boticas e, ainda, nos concelhos limítrofes.

As inclusões e exclusões de veículos à apólice de frota deverão ser objeto de cálculo de prémio ou de estorno pelo método "*pró-rata temporis*".

Sinistralidade do triénio (2015 a 2017): 5.792,23€

4. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTARQUIAS**1. TOMADOR DO SEGURO**

- **Município de Boticas**

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

2.1. Pretende-se um seguro de Responsabilidade Civil Geral – cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

2.2. Capital a Segurar:

- 350.000,00€, por sinistro e anuidade.

3. PESSOAS SEGURAS

3.1. Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

3.2. Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

3.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

4. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:

Biblioteca Municipal, Feiras, Exposições, Mercados, Conferências, Manifestações Culturais, designadamente, Feira do Livro e Artesanato, Feira do Livro, Mercado e do Artesanato, Festas e Marchas Populares, Diversas Romarias, Desportivas ou análogas, Cantinas, Piscinas, Colónia de Férias, Escolas, Parques Infantis, Jardins de Infância, Parque, Pavilhão Desportivo, Piscinas e outros Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais, Serviços de recolha manual ou mecânica de resíduos ou detritos sólidos, Limpeza e Higiene Urbana, Conservação de Auditórios, galerias e arquivo histórico Parques e Jardins, Cemitérios, Resíduos, Sistema de sinalização e trânsito, Atividades de promoção turística, Gestão de refeitórios escolares e Rede de transportes escolares.

5. Condições Aplicáveis

Condições Gerais da Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral

Condição Especial 45 – Responsabilidade Civil Autarquias

6. Local do Risco

Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO

8. CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA

8.1. DEFINIR MONTANTE FRANQUIA – 250,00€

8.2. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

8.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em

danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Neste casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento do prémio será anual, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE MULTIRRISCOS

1. TOMADOR DO SEGURO

- **Município de Boticas**

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

2.1. Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

2.2. Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação em anexo.

- Todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;
- Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição.
- Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

3. CAPITAL A SEGUAR

Fica expressamente acordado que o limite máximo de indemnização da apólice, por ano e por sinistro, é de:

- **Edifícios: 14.335.615,00 €**
- **Recheio: 876.680,00 €**
- **Risco Elétrico: 167.660,00 €**

COBERTURAS / LIMITES E SUBLIMITES / FRANQUIAS:

MULTIRISCOS ESTABELECIMENTOS EDIFÍCIOS		
COBERTURAS	FRANQUIAS	LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO
COBERTURA BASE	Por sinistro	Por sinistro e anuidade
Incêndio Raio e Explosão	Sem franquia	Capital Seguro
Aluimento de Terras	10% do valor indenizável, mínimo 100,00€	Capital Seguro
Queda de Aeronaves	Sem franquia	Capital Seguro
Choque ou Impacto Veículos Terrestres	Sem franquia	Capital Seguro
Choque ou Impacto de Objectos Sólidos	Sem franquia	Capital Seguro
Derrame Acidental de Óleo	Sem franquia	Capital Seguro
Danos Estéticos	10% do valor indenizável, mínimo 50,00€	Capital Seguro
Demolição e Remoção de Escombros	Sem franquia	37.177,29€
Furto ou Roubo	10% do valor indenizável, mínimo 50,00€	Capital Seguro
Danos Por Água	10% do valor indenizável, mínimo 50,00€	Capital Seguro
Pesquisa de Avarias	Sem franquia	2.493,99€
RC Proprietário, Inquilino ou Ocupante	5%do valor dos danos resultantes de lesões materiais	24.939,89€
Tempestades	5% sobre o valor da indemnização, com mínimo de 49,88€	Capital Seguro
Inundações	5% sobre o valor da indemnização, com mínimo de 49,88€	Capital Seguro
Actos de Vandalismo, Maliciosos ou de Sabotagem	10% do valor indenizável, mínimo 100,00€	Capital Seguro
	10% do valor	Capital Seguro

Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública	indemnizável, mínimo 100,00€	
Quebra de Vidros e Pedras Ornamentais	Sem franquia	748,20€
Quebra ou Queda e Anúncios e Letreiros Luminosos	Sem franquia	748,20€
Quebra ou Queda de Antenas	Sem franquia	498,80€
Quebra ou Queda de Painéis Solares	Sem franquia	2.493,99€
Protecção Jurídica	Sem franquia	-
Assistência ao Estabelecimento	Sem franquia	-

MULTIRISCOS ESTABELECIMENTOS RECHEIO		
COBERTURAS	FRANQUIAS	LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO
COBERTURA BASE	Por sinistro	Por sinistro e anuidade
Incêndio Raio e Explosão	Sem franquia	Capital Seguro
Aluimento de Terras	10% do valor indemnizável, mínimo 100,00€	Capital Seguro
Queda de Aeronaves	Sem franquia	Capital Seguro
Choque ou Impacto Veículos Terrestres	Sem franquia	Capital Seguro
Choque ou Impacto de Objectos Sólidos	Sem franquia	Capital Seguro
Derrame Acidental de Óleo	Sem franquia	Capital Seguro
Demolição e Remoção de Escombros	Sem franquia	2.270,00
Furto ou Roubo	10% do valor indemnizável, mínimo 50,00€	Capital Seguro

Danos Por Água	10% do valor indemnizável, mínimo 50,00€	Capital Seguro
RC Proprietário, Inquilino ou Ocupante	5%do valor dos danos resultantes de lesões materiais	24.939,89€
Responsabilidade Civil Exploração	10%do valor dos danos resultantes de lesões materiais	24.939,89€
Danos em Bens do Senhorio	Franquia igual à Cobertura afectada pelo sinistro	2.493,99€
Privação do Uso do Local Arrendado ou Ocupado	Sem franquia	9.975,96€
Tempestades	5% sobre o valor da indemnização, com mínimo de 49,88€	Capital Seguro
Inundações	5% sobre o valor da indemnização, com mínimo de 49,88€	Capital Seguro
Actos de Vandalismo, Maliciosos ou de Sabotagem	10% do valor indemnizável, mínimo 100,00€	Capital Seguro
Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública	10% do valor indemnizável, mínimo 100,00€	Capital Seguro
Riscos Eléctricos	10% do valor indemnizável, mínimo 50,00€	50.500,00€ e 117.160,00€
Equipamento Electrónico	10% do valor indemnizável, mínimo 50,00€	50.500,00€
Protecção a Clientes – Acidentes Pessoais	Sem franquia	500,00€
Protecção a Clientes – Roubo Dinheiro/Obj. Pessoais	Sem franquia	250,00€
Protecção do Seg/Empr. – Acidentes Pessoais	Sem franquia	500,00€
Protecção do Seg/Empr. – Roubo Din. /Obj. Pessoais	Sem franquia	250,00€

Nota: Incluir no edifício dos Paços do Concelho 2 obras de arte denominadas “Quadro a óleo 1,20x0.85 mestre Nadir Afonso”-----valor: 46.500,00€ e Quadro “EURÓPIO” mestre Nadir Afonso---valor:60.000,00 €

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será anual, sem cargas de fracionamento.

Taxa de sinistralidade e tipologia de sinistros registados nos 3 últimos anos: **0**

SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS

1. TOMADOR DO SEGURO

- **Município de Boticas**

Segurados: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas

2. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

2.1 O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, e cujos capitais mínimos garantidos estão definidos na Portaria n.º 123/2014. (D.R. n.º 116, Série I de 2014-06-19 Ministérios das Finanças e da Administração Interna que fixa as condições mínimas do seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários, incluindo os limites de capital seguro e riscos cobertos e revoga a Portaria n.º 1163/2009, de 6 de outubro), Ficam cobertos os sinistros em consequência de exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto - Lei n.º 247/2007, de 27 de junho.

Corporação			Corpo Ativo
Bombeiros	Voluntários	de	81
Boticas			

3. CAPITAIS E COBERTURAS

3.1. Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;

3.2. Conforme estabelecido Portaria n.º 123/2014, de 19 de Junho, os capitais mínimos a garantir, por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidente pessoais/bombeiros serão os a seguir indicados e compreendendo os seguintes riscos:

CORPO ACTIVO

COBERTURAS	CAPITAIS	OBSERVAÇÕES
Morte ou Invalidez Permanente	139.250,00€	Por Pessoa Segura
Incapacidade Temporária Absoluta (Subsídio Diário)	83,55 €	Por Pessoa Segura
Despesas de Tratamento	55.700,00 €	Por Pessoa Segura
Despesas de Funeral	Até 2.000,00 €	Por Pessoa Segura

- (1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afecte uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

1. A presente apólice deve conter as seguintes condições especiais:

- a) Estas condições aplicam-se às pessoas seguras nos contratos atrás indicados;
- b) Em caso de sinistro, o mesmo é tratado como se do ramo Acidente de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro;
- c) Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:
 - i. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
 - ii. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
 - iii. Lesões corporais, incluindo a morte, que resultem de queimaduras, fumos, asfixia, afogamento e hipotermia;

- iv. Lesões corporais resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de raio;
 - v. Lesões corporais em consequência de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;
 - vi. Lesões corporais em consequência da prática de atividades desportivas no âmbito da cooperação ou inter-cooperação;
 - vii. Lesões corporais ocorridas no percurso de e para a cooperação (local de apresentação ao serviço), independentemente do meio de transporte utilizado;
 - viii. Inclusão de pessoas com idade até 85 anos;
 - ix. Despesas de transporte, devem considerar-se incluídas nas despesas de tratamento, desde que clinicamente justificadas, e prescrito pelo médico assistente. O transporte deve obedecer às condições de comodidade impostas pela natureza da lesão;
 - x. O subsídio diário é pago até aos 365 dias.
2. A apólice deve ainda integrar as seguintes condições:
- a) Estas condições aplicam-se às pessoas seguras nos contratos indicados na cláusula 29;
 - b) Atualização automática dos capitais seguros de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho;
 - c) De acordo com o n.º 1 do Artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 72/2008 (Regime Jurídico do Contrato de Seguro), as alterações terão de ser comunicadas ao segurador no prazo máximo de 14 dias. Findo este prazo, qualquer alteração produzirá efeitos após ter sido comunicada à Companhia

5. FRANQUIA

6.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

Sinistros triénio: 833,66 € não havendo provisões.

RESPONSABILIDADE CIVIL – EXPLORAÇÃO Parque Infantis

TOMADOR DO SEGURO: MUNICIPIO de BOTICAS

CONDIÇÕES e GARANTIAS:

- Condições Gerais do Ramo Responsabilidade Civil Geral
- Condição Especial – Estabelecimentos Comerciais.

LOCAL do RISCO

- Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

• **EXCLUSÕES ADICIONAIS:**

- Para além das exclusões constantes das Condições Gerais da Apólice e Condições Especiais aplicáveis ficam expressamente excluídos os danos, prejuízos, despesas ou responsabilidades directa ou indirectamente resultantes de:
- Guerra, Greve, Lockout, tumultos, comoções civis, assaltos, sabotagem, terrorismo, actos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros.
- Motivos de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furações, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica

CAPITAL A SEGUAR:

- 350.000€, por sinistro e anuidade (capital mínimo obrigatório para parques infantis (por parque) dec. Lei 379/1997 de 27 de Dezembro e dec. Lei. 119/2009 de 19 de Maio.

FRANQUIAS POR SINISTRO:

- Geral: 10% dos prejuízos indemnizáveis em lesões materiais, no mínimo de 100,00 €

FORMA DE PAGAMENTO: ANUAL

Pessoal Subscritor do RPSC e RGSS

Nº	Nome	Data Nasc.
Pessoal - CGA e ADSE		
3	ANTONIO JOAO CARVALHO TEIXEIRA	22-05-1960
4	MANUEL AUGUSTO SILVA BARREIRA	11-02-1963
9	MARIA LUCIA MARQUES MORENO	11-07-1962
11	CARMINA FERNANDES ESTEVES	16-11-1959
12	JOAO CARLOS MARQUES DIAS	23-02-1965
13	MARIA DULCE GOMES GONCALVES	04-08-1967
14	CARLOS GONCALVES TEIXEIRA	22-05-1963
15	MARIA GLORIA CADETE FERREIRA CUNHA	06-08-1962
16	JOSE MANUEL MARQUES MORENO	14-05-1961
20	ANTONIO PARDO DIAS	28-03-1955
21	JOSE COELHO ALVES	20-12-1956
22	ANTONIO JOSE NOGUEIRA MARINHO	15-06-1965
25	ANIBAL PEREIRA SILVA	03-08-1959
27	JOSE FRANCISCO GASPAR SILVA	19-09-1963
28	FERNANDO ALBERTO RODRIGUES ANDRE	15-01-1962
29	CARLOS MANUEL GONCALVES GOMES	05-03-1967
31	ADERITO SANTOS CHAVES	18-07-1969
32	DOMINGOS FERNANDES SILVA	22-01-1958
35	ARLINDO MONTEIRO SILVA	28-02-1962
36	LUIS ANTONIO SANTOS DIAS	25-05-1962
37	RAUL BRAGA MONTEIRO	10-07-1962
38	MANUEL JOSE SANTOS JUNIOR	10-08-1961
40	ALFREDO BARBOSA VIEIRA	12-04-1957
41	FELIZ RUA	23-04-1960
43	JOSE GONCALVES GARCIA	25-04-1962
44	ANTONIO RODRIGUES PINHO	01-11-1951
45	ANTONIO BRAGA MONTEIRO	12-11-1958
47	ALBERTO FERNANDES CUNHA	24-02-1970
48	ALFREDO GONCALVES GARCIA	17-07-1968
50	JOSE ANTONIO ANUNCIACAO FERNANDES	19-11-1964
51	ANTONIO AFONSO PEREIRA	09-07-1966
52	DOMINGOS RODRIGUES MAIO	17-07-1961
53	HENRIQUE GONCALVES DIAS	20-02-1956
54	JOAO MANUEL MONTEIRO AFONSO	17-07-1962
55	JOSE MIGUEL FREITAS MATEUS	16-04-1965
57	AMERICO DIAS GONCALVES	01-06-1954
59	ALBERTO DIAS PEREIRA	05-01-1957
63	EDUARDO MANUEL FREITAS MATEUS	22-04-1960
64	JOSE MARIA SANTOS EIRA	17-04-1964
65	MARIO REIS VAL	25-08-1958
66	DOMINGOS JESUS ARAUJO RODRIGUES	05-02-1955
69	ARMANDO FERNANDES PEREIRA	08-04-1953
70	JOAO FERREIRA CATOIA	01-11-1964
71	RAMIRO AUGUSTO ALVES GONCALVES	05-09-1964

74	JOÃO COSTA CAVACO	29-03-1964
76	MANUEL DIAS GONCALVES	07-05-1960
77	CARLOS GOMES MURTA	15-07-1957
79	DAMASIO JORGE VAZ SILVA	11-04-1965
80	ALCINO MANUEL CARVALHAIS	11-09-1959
81	JOSE MARIA RUA EIRA	23-09-1963
84	JOSE PAIVA CHAVES	19-03-1957
86	ARNALDO FERREIRA MARQUES ARAUJO	23-01-1966
87	DOMINGOS FERNANDES PEREIRA ALVES	14-01-1971
88	JOSE ANTONIO TORRES FERNANDO	08-07-1967
90	VITOR MANUEL FERREIRA AGUIAR	02-01-1969
91	ARMINDO RODRIGUES SANCHES	01-05-1958
95	JOSE GONCALVES CARNEIRO	01-01-1955
101	JOSE MARIA ARAUJO RODRIGUES	08-09-1957
102	JOAO PEREIRA PENEDA	09-05-1959
103	VITOR ANUNCIACAO FERNANDES	30-06-1967
106	ANTONIO CAMILO BARROSO CUNHA	10-04-1961
112	ANTONIO VAZ MAGALHAES	04-03-1958
117	JOSE JOAQUIM JALES RODRIGO	01-09-1966
118	ANTONIO BARROS CARNEIRO	08-08-1957
120	DOMINGOS JOSE MONTEIRO OLIVEIRA	28-09-1972
121	ALFREDO LUIS FREITAS PINHEIRO	10-04-1968
122	ANTONIO MANUEL BARROS CARNEIRO	06-03-1971
123	JORGE MANUEL FERREIRA SANTOS	15-05-1954
125	NELSON MONTEIRO CORREIA	25-09-1972
126	JOAO PAULO CARVALHO ALVES COSTA	29-10-1965
127	JOAO MANUEL RODRIGUES ANDRE	20-11-1954
128	DANIEL COSTA MOURA DIAS	25-03-1968
129	JOSE CARLOS MONTEIRO SILVA	28-11-1974
130	PAULA MARIA MENDES MOTA	23-09-1967
131	ANA PAULA MONTEIRO PINHO	12-12-1977
132	RICARDO JOSE MENDES MOTA	23-02-1972
133	TERESA CRISTINA NOGUEIRA PINTO QUEIROGA	06-09-1968
137	OSCAR ALEXANDRE GONZALEZ SANTOS LUCAS	11-11-1971
139	LUIS ALVARO FERNANDES BARBOSA	01-04-1976
142	MARIA FATIMA BRAS PIRES	21-09-1972
143	CRISTINA MARIA COSTA BARROS	10-04-1967
144	ADELAIDE CONCEICAO VASCONCELOS FERNANDE CARNEIRO	23-05-1974
146	SARA MARIA PEREIRA PONTEIRA	18-02-1973
147	ARNALDO ANTONIO GOMES CIMA	09-09-1964
150	MARIA CONCEICAO FONTES MONTEIRO	10-05-1957
151	MARIA ADELAIDE FERNANDES DIAS	02-04-1962
152	MARIA CONCEICAO BARBOSA MACHADO RIBEIRO	06-10-1956
153	LUISA CATARINA NEGROES ALEIXO	10-11-1980
154	MARGARITA ANES ALVES	20-07-1970

155	JOSE ANIBAL DIAS FERNANDES	17-06-1973
156	AMERICO ROXO BAIA	15-03-1973
157	LUIS MIGUEL MEDEIROS EIRAS	23-10-1980
158	MARIA JOSE GONCALVES GOMES	25-07-1973
159	DORINDA MARIA ALVES SANCHES	06-10-1975
160	SANDRA CRISTINA PIRES MONTEIRO	22-01-1980
161	NUNO ALEXANDRE FERREIRA ALVES	13-07-1978
162	JOAO LUIS CARVALHO ADEGAS	23-07-1975
163	PAULO JOAO PEREIRA JORGE	01-06-1978
176	JOSE MAGALHAES	16-04-1960
177	ANA DIAS PIRES MAGALHAES	29-06-1961

Pessoal - Segurança Social e ADSE

164	MARIA ALICE GONCALVES MARQUES	30-03-1977
165	MARIA AUGUSTA BARROSO PIRES	04-01-1970
166	PAULO MIGUEL GONCALVES PEREIRA	22-03-1983
167	PROFETINA DA CONCEICAO ALVES BARROS	10-05-1977
172	GABRIELA DIAS FERNANDES	05-07-1976
173	ANA CRISTINA CASAS ALVES	25-12-1982
175	ANA PAULA ALVES CADIME	07-07-1979
	GISELA RAMOS LOURENÇO	10-03-1987
	SOFIA MANUELA CARVALHO SOUSA FERNANDES	03-10-1980
	FILIPA ANDREIA SANTOS COIMBRA	30-06-1986
	NÉLIA CRISTINA CAPELA GONÇALVES	20-08-1984
	SANDRINA REIS FERREIRA	24-08-1989
	GUILHERME EDUARDO FERNANDES XAVIER	15-10-1984
	MARIA DAS NEVES MURRAS PAIVA	01-01-1979

Pessoal - Segurança Social

365	DEOLINDA CAMBEDO DE CIMA	07-09-1978
369	ANA CARINA FEIJÓ FERREIRA	25-09-1982
372	FILIPPE GONCALVES DA SILVA	24-02-1985
373	RKIA SUSANA NABDALI	06-11-1984
377	RUI TIAGO GONÇALVES JOÃO	25-04-1983
378	MARIA CLAUDIA NADABLI	27-02-1983
384	SÓNIA VEIGA AVELÃES	25-06-1987
387	ISABEL PEREIRA	20-11-1981
389	RENATO GIL MONTEIRO PEREIRA MARTINS	25-02-1985

Relação do Património

Ano Construção			Edifício	Recheio		
				Mobiliário	Equipamento	
2006	1	Paços do Concelho	740.814,83 €	35.000 €	100.000 €	
2003	2	Auditório	254.733,49 €	15.000 €	10.000 €	
2003	3	Armazém	329.197,92 €	8.680 €	5.000 €	
2003	4	Biblioteca	407.225,40 €	20.000 €	30.000 €	
2003	5	Pavilhão Municipal	1.227.187,50 €	5.000 €	10.000 €	
2003	6	Pavilhão Multiusos	2.011.808,33 €	10.000 €	35.000 €	
2003	7	Piscina Descoberta	773.638,20 €	6.000 €	40.000 €	
2003	8	Piscina Coberta	586.363,52 €	10.000 €	40.000 €	
2005	9	GTL	81.508,46 €	5.000 €	15.000 €	
2003	10	Museu	722.117,52 €	10.000 €	20.000 €	
2003	11	Posto Turismo	32.595,25 €	1.000 €	2.000 €	
2003	12	EDF. Recepção Feira	92.915,62 €			
2012	13	Centro de Artes Nadir Afonso	1.794.511 €	40.000 €	80.000 €	
2012	14	Centro Interpretativo de Bobadela	395.064 €	10.000 €	60.000 €	
2013	15	Parque de Estacionamento do Centro de Artes	544.384 €			
2012	16	Parque BNB	2.164.870 €	40.000 €	100.000 €	
2005	17	Canil Municipal	495.645 €	1.000 €	3.000 €	
2003	18	Parque de Campismo	434.075 €	5.000 €	5.000 €	
2003	19	Mercado	199.041 €			
2003	20	Central de Camionagem	236.224 €			
2006	21	Armazéns Zona Industrial	290.019 €			
2008	22	Repositório Vinho dos Mortos	42.379 €			
2012	23	CEDIEC - Castro Lesenho	303.984 €	20.000 €	50.000 €	
2007	24	Escola Boticas	175.312,50 €	10.000 €	20.000 €	

Pessoas Seguras - Bombeiros

Nome	Categoria
Carlos Manuel Gonçalves Gomes	Comandante
Vítor Hugo Fonte Fernandes	Adjunto de Comando
Carlos Manuel Coelho Pereira	Oficial bombeiro de 2ª Supranumerário
José Carlos Monteiro	Oficial bombeiro de 2ª
José Carlos Neves Pereira	Subchefe
Carlos Manuel Silva Afonso	Subchefe
Artur Monteiro	Subchefe
Aníbal Pereira da Silva	Bombeiro de 1ª

Basílio Pereira Monteiro	Bombeiro de 1ª
Álvaro Alexandre R. Sousa Pereira	Bombeiro de 1ª
António Monteiro Freitas	Bombeiro de 1ª
Hugo Miguel Martins Pinho	Bombeiro de 1ª
Filipe Belmiro dos Santos Pinho	Bombeiro de 1ª
Pedro Miguel Martins Rebelo da Silva	Bombeiro de 1ª
Armando Fernandes Pereira	Bombeiro de 2ª
Alfredo Luís Freitas Pinheiro	Bombeiro de 2ª
Arsénio José Pinho	Bombeiro de 2ª
Mário Coelho Fernandes	Bombeiro de 2ª
Luís Cílio Alves Rosa	Bombeiro de 2ª
Pedro Miguel Pires	Bombeiro de 2ª
Nelson Ricardo Silva Araújo	Bombeiro de 2ª
Filipe Braga Monteiro	Bombeiro de 2ª
Rui Filipe Machado Pereira	Bombeiro de 2ª
António Pedro Monteiro Fernandes	Bombeiro de 2ª
Daniel Martins Pinho	Bombeiro de 2ª
Paulo Alexandre Coelho Pereira	Bombeiro de 2ª
Rui Miguel Barros da Rocha	Bombeiro de 2ª
José Pedro Monteiro Dias	Bombeiro de 3ª
Jorge Manuel Barroso Lopes	Bombeiro de 3ª
Rui Manuel Almeida Fernandes	Bombeiro de 3ª
Alberto Fernandes da Cunha	Bombeiro de 3ª
Luís Miguel Dias Pereira	Bombeiro de 3ª
Rui Filipe Monteiro dos Santos	Bombeiro de 3ª
Andreia Isabel Alves Monteiro	Bombeiro de 3ª
Alexandre Aureliano Monteiro Pereira	Bombeiro de 3ª
Paulo Jorge Fernandes Moura	Bombeiro de 3ª
Carlos Filipe Miguel Teixeira	Bombeiro de 3ª
João Pedro Teixeira Gomes	Bombeiro de 3ª
Sofia Braga Monteiro	Bombeiro de 3ª
Fábio Miguel Capela Pinto	Bombeiro de 3ª
Victor Braga Dias	Bombeiro de 3ª
Nuno Miguel Fernandes Eira	Bombeiro de 3ª
Rafael Gonçalves Santos	Bombeiro de 3ª
Rui Miguel Reis Pascoal	Bombeiro de 3ª
Michel Carneiro	Bombeiro de 3ª
Cátia Sofia Pereira Rio	Bombeiro de 3ª
Marcelo Gonçalves Fernandes	Bombeiro de 3ª
Carlos Daniel Santos Dias	Bombeiro de 3ª
Pedro Miguel Esteves	Bombeiro de 3ª
Ana Patrícia dos Santos Assis	Bombeiro de 3ª
Cláudia Fernandes Lage	Bombeiro de 3ª
Sónia Cristina Martins Fernandes	Bombeiro de 3ª
Rui Pedro Cardoso Borges	Bombeiro de 3ª

Gilberto Pereira Monteiro	Estagiário
João Miguel Gonçalves Vieira	Estagiário
Tiago Gomes Rodrigues	Estagiário
Ana Filipa Reis Teixeira	Estagiário
Rui Pedro Teixeira Fernandes	Estagiário
Pedro Eduardo Capela Pinto	Estagiário
Rui Miguel Pinto Queiroga	Cadete
Alda Sofia Santos Ferreira	Cadete
Raul José Feijó de Oliveira	Infante
Rodrigo Pereira	Infante
João Pedro Martins Alves	Estagiário
Arménio Dalém Cunha	Infante
Eduardo Carneiro Rio	Infante
Tiago Pereira Cunha	Infante
Rui Pedro Leite Cruz	Cadete
João Carlos Gonçalves	Cadete
Gabriela Dalém Cunha	Cadete
Maria Clara Pinto Alves	Infante
João Pedro Costa Cunha	Infante
César Branco Cunha	Cadete
Jéssica Dalém Cunha	Estagiário
Ângela Braga Monteiro	Infante
Lara Silva Fernandes	Infante
Vasco Alexandre Vargas Silva	Infante
Ana Mar	Infante
David Enes Gomes	Estagiário
Eduardo Jorge Pires Santos	Estagiário
Catarina Ferreira Costa	Estagiário
Sílvia da Conceição Rodrigues	Estagiário

Listagem dos Parques Infantis

- Parque infantil – Boticas Parque – Relva;
- Ginásio ao ar livre – Boticas Parque – Relva;
- Parque infantil do Noro – Boticas.